



Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Ciências da Educação

Curso de Pedagogia

Francielle Américo

Atuação do Auxiliar de ensino de Educação Especial: reflexões a partir de uma
experiência na rede Municipal de Florianópolis

Florianópolis, Novembro de 2013.

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências da Educação
Departamento de Estudos Especializados em Educação

Atuação do Auxiliar de ensino de Educação Especial: reflexões a partir de uma experiência na rede Municipal de Florianópolis

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de título de graduação em Pedagogia, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Orientada pela Prof^a Dr^a Maria Sylvia Cardoso Carneiro.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo refletir sobre a atuação do Auxiliar de Ensino de Educação Especial na rede municipal de ensino de Florianópolis prevista como estratégia para a efetivação das políticas de educação especial na perspectiva inclusiva. Para o desenvolvimento deste trabalho, analisei documentos nacionais e municipais disponibilizados on-line, sobre a modalidade Educação Especial. Analisei também editais dos processos seletivos do município de Florianópolis de 2011, 2012 e 2013 que disponibilizaram vagas para o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Especial, observando as atribuições do cargo, requisitos de formação e conteúdos específicos da prova escrita. Partilhei minha experiência em ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Especial no município estudado no ano de 2012 através de um breve relato escrito. Analisando os documentos nacionais, verifiquei que na Resolução CNE/CEB nº 02/2001 o atendimento na classe comum previa a disponibilização de apoio à aprendizagem, algo que não está presente entre as atribuições do profissional de apoio previstas na Nota Técnica nº 19/2010 destacando que a atenção aos cuidados pessoais adquire centralidade, ao ponto de o apoio à aprendizagem não ser mais mencionado. Não constam, entre as atribuições do profissional de apoio apresentadas na Nota Técnica nº 19/2010, sequer o auxílio no desenvolvimento das atividades escolares propostas a esses sujeitos. No município de Florianópolis ocorrem mudanças no Edital de 2012, entre as quais a retirada da atribuição que sugere um caráter mais pedagógico do cargo: “participar das discussões educativas/pedagógicas propostas pela unidade educativa e Secretaria Municipal de Educação”. Mesmo no Edital de 2013, quando o cargo passa a ser de Professor, esta atribuição não está mais presente, mantendo apenas as atribuições referentes a cuidados pessoais do aluno. A partir desses indícios dos documentos da modalidade educação especial concluo meu trabalho refletindo se as estratégias atuais, tal como a atuação do Auxiliar de Ensino de Educação Especial em sala de aula, contribuem para uma educação especial na perspectiva inclusiva.

Palavras-chave: Educação Especial. Profissional de Apoio. Auxiliar de Ensino de Educação Especial.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Documentos nacionais que apresentam o profissional/apoio da modalidade educação especial.....	19
Quadro 2 – Formação exigida nos editais do processo seletivo de Florianópolis para ocupação do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Especial.....	20
Quadro 3 - Conteúdo programático para a elaboração da prova escrita dos editais 2011, 2012 e 2013 para o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Especial de Florianópolis.....	21
Quadro 4 - Atribuições do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Especial apresentadas nos editais de 2011, 2012 e 2013.....	22

LISTA DE SIGLAS

CEB - Câmara de Educação Básica

CNE - Conselho Nacional de Educação

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEESP - Secretaria de Educação Especial

SINTRASEM – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 JUSTIFICATIVA	8
3. OBJETIVOS	13
4. METODOLOGIA.....	14
5. DIALOGANDO COM TEXTOS ACADÊMICOS E DOCUMENTOS	17
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

O acesso dos alunos com deficiência na rede regular de ensino está cada vez mais em evidência no contexto das discussões educacionais atuais. Esses alunos podem apresentar diferentes condições de deficiência: deficiência intelectual, física, sensorial, múltipla, autismo e outras condições.

A partir da década de 1990, no Brasil, e em diversos países, as políticas inclusivas vêm ganhando espaço na política educacional, calcadas em orientações advindas de conferências internacionais, principalmente da Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jomtiem, Tailândia (1990) e na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, em Salamanca, Espanha (1994). Segundo Garcia (2004, p.104) o discurso que sustenta as políticas de inclusão “opera por meio de uma linguagem de mudança social, sugerindo ao leitor que estariam acontecendo modificações profundas na realidade social”. Considerando esse contexto, cabe perguntar: até que ponto existem concretamente essas “modificações” no conjunto de demandas e ações específicas na educação especial denominada como inclusiva? Essas mudanças seriam de fato reais ou apenas um discurso?

A partir de tais proposições a escola passa a ser concebida como um importante lugar para a inclusão. Esse debate ganha muita força no campo da Educação Especial com base na Declaração de Guatemala (Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência - OEA, 1999) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ONU (2007). indicando mudanças significativas nos sistemas de ensino. No Brasil já havia iniciado um processo de “mudança” na maneira de refletir sobre a educação de alunos com necessidades educacionais especiais com consequências importantes na organização das escolas a partir da Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994). Esse documento traz uma proposta de integração que prevê a classe comum como um

ambiente dito regular de ensino/aprendizagem, no qual também estão matriculados, em processo de integração instrucional, os portadores de necessidades especiais que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais (BRASIL, 1994, p.19).

A proposta de integração contida no documento anteriormente citado condicionava a matrícula dos alunos da educação especial à capacidade de acompanhar as atividades desenvolvidas na classe comum. Na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei nº 9394/96, aprovada em 20 de dezembro de 1996), e nos documentos que posteriormente a regulamentaram, a educação especial passa a ser definida como modalidade de ensino a ser ofertada a todos os educandos que a ela tiverem direito. A LDBEN define que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para acesso e permanência na escola,
- II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância (BRASIL, 1996, s/p).

A LDBEN refere-se à educação especial da seguinte maneira, no artigo 58: “entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” A lei também menciona no artigo 59: “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades” (s/p).

Garcia (2011) mostra, a partir da Resolução CNE/CEB nº2/2001 (BRASIL, 2001a) e do Parecer CNE/CEB nº17/2001 (BRASIL, 2001), que o modelo de educação especial apoiado em uma proposta pedagógica e em uma estrutura de recursos e serviços educacionais especiais prevê a atuação de diferentes profissionais na escola de educação básica, com a tarefa de apoiar pedagogicamente o trabalho do professor da classe comum. Dentre os profissionais previstos

nos referidos documentos está o professor de educação especial para atuar de forma compartilhada com o professor regente em sala de aula. A autora indica, dessa forma, a possibilidade de uma atuação pedagógica baseada na bidocência.

Essa perspectiva de apoio ao professor da classe comum, presente nos documentos de 2001, aparece de outra forma nos documentos posteriores como a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). O apoio pedagógico ao professor para garantir uma perspectiva inclusiva aos alunos com deficiência está centrado em outras estratégias.

Uma estratégia que vem sendo utilizada na educação especial é a presença do profissional de apoio que emerge nas ações escolares, para atuar no interior da classe comum com os sujeitos da educação especial na educação básica¹.

A presente pesquisa tem como objetivo refletir sobre a atuação desse profissional de apoio da educação especial previsto na rede municipal de ensino de Florianópolis para a efetivação das políticas de educação especial na perspectiva inclusiva. Nessa rede de ensino esse profissional é denominado Auxiliar de Ensino de Educação Especial.

As reflexões que surgiram no âmbito acadêmico e a oportunidade de atuar no cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Especial colaboraram para gerar em mim uma série de inquietações acerca do trabalho docente voltado aos alunos com deficiência na classe comum.

Inicialmente a pesquisa teria como foco a participação do Auxiliar de Ensino de Educação Especial no planejamento docente, já que esta questão esteve presente durante o período em que atuei no cargo. Porém, ao resgatar a experiência de atuação, percebi que havia outras questões que igualmente me inquietavam. Deparei-me então com a necessidade de um recorte, de uma redefinição do foco do trabalho.

¹ Sobre o trabalho do profissional de apoio em turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental que possuem sujeitos da Educação Especial matriculados ver MARTINS (2011).

Este trabalho está organizado da seguinte maneira: No capítulo 1 – Introdução, apresento brevemente a temática da pesquisa. No Capítulo 2 – Justificativa, faço alguns questionamentos a partir de um relato da minha experiência como Auxiliar de Ensino de Educação Especial atuando na escola. Os Capítulos 3 e 4 trazem, respectivamente, os objetivos e a metodologia da pesquisa. No Capítulo 5 - Dialogando com textos acadêmicos e documentos, faço uma análise de documentos orientadores e normativos da política nacional para a Educação Especial e busco através de quadros comparativos caracterizar o Auxiliar de Ensino de Educação Especial, identificando nomenclatura, formação e as atribuições desse profissional nos processos seletivos disponibilizados pela secretaria de educação de Florianópolis. Por fim, serão tecidas as considerações finais.

2 JUSTIFICATIVA

Segundo Triviños (2006), a prática cotidiana nas vivências do profissional ajudam de forma decisiva na busca pela clareza na delimitação do objeto a ser pesquisado. Desta forma, o interesse em pesquisar sobre a atuação do profissional denominado Auxiliar de Ensino de Educação Especial surgiu a partir do ano de 2012, quando atuei nessa função na rede municipal de Florianópolis. Nesse mesmo momento cursava a disciplina Políticas e Práticas Pedagógicas relacionadas à Educação Especial.

Ao me deparar com a realidade do chão da escola, pude vivenciar a complexidade que os profissionais da educação enfrentam ao lidar com diferentes situações que envolvem os processos de inclusão escolar. Sobre tais processos, me apoio em Bueno (2008), que ressalta:

Nesse sentido, cabe a nós, estudiosos da educação especial, envidarmos todos os esforços para que a “inclusão escolar” não se restrinja somente à população tradicionalmente atendida por ela, pois, se assim for, ela estará fadada ao insucesso, já que as diferentes expressões do fracasso escolar têm se abatido sobre os deserdados sociais, criados por políticas econômicas e sociais altamente injustas, sejam ele deficientes, com distúrbios ou “normais” (BUENO, 2008, p.60).

Apresento a seguir um relato da experiência que motivou a definição do objeto desta pesquisa:

Quando me apresentei na escola, fiquei surpresa com a fala do diretor ao ver que seria eu quem iria exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Especial: “Deveríamos ter especificado para a Secretaria na escolha de vaga o interesse por uma pessoa forte para ficar com o Caio², ele é maior que você”.

Essa primeira impressão me deixou apreensiva. Naquele dia tinha reunião de professores na escola. A professora da sala multimeios não estava presente. Aproximei-me de algumas pessoas para entender mais sobre o aluno que eu deveria acompanhar. As outras

² Os nomes dos sujeitos apresentados neste trabalho são fictícios.

peessoas tinham uma reação semelhante à do diretor. Falaram-me que no ano anterior Caio havia passado por duas auxiliares e que elas não tinham aguentado, pois ele era agressivo.

No dia seguinte tive a oportunidade de conversar com a Professora de Educação Especial e logo perguntei sobre o aluno Caio. Ela me explicou que ele era um autista clássico, pouco estimulado, mas que frequentava a APAE no contraturno e que aquele seria seu último ano na rede regular de ensino. Perguntei sobre sua aprendizagem e ela me falou que infelizmente ele não manifestava desenvolvimento escolar, tinha faltas frequentes, pouco contato com os colegas e que usava fraldas.

Ao perguntar sobre como seria efetuado meu trabalho de Auxiliar de Ensino de Educação Especial, a professora partilhou que ela também tinha dificuldade de lidar com Caio. Orientou-me a tentar acostumar o aluno na sala. Segundo ela, no ano anterior os auxiliares “passeavam” muito com ele pela escola, pois ele manifestava resistência em ficar na sala de aula, mas que naquele começo, se houvesse resistência, eu poderia levá-lo à sala de dança, pois nesta sala havia bolas de pilates, que o Caio aparentemente gostava. E ela me entregou a chave da sala de dança.

Finalmente as aulas iniciaram, porém Caio não foi para a escola na primeira semana. Durante essa semana outro aluno com deficiência havia realizado a matrícula no primeiro ano. Diante disso, a direção e a professora da sala multimeios decidiram fazer uma troca, eu ficaria com o novo aluno do primeiro ano e eles aguardariam um novo auxiliar de ensino de Educação Especial para Caio. Assim, a escola entrou em contato com a família de Caio e pediu para ele retornar quando o novo auxiliar fosse encaminhado pela Secretaria.

O novo aluno matriculado no primeiro ano chamava-se Augusto, tinha 6 anos de idade, diagnóstico de síndrome de Asperger³, fazia uso de medicação, era acompanhado por Psiquiatra

³ De acordo com o DSM.IV, as características essenciais do Transtorno de Asperger consistem em prejuízo persistente na interação social e no desenvolvimento de padrões repetitivos de comportamento, interesses e atividades. A perturbação pode causar prejuízo clinicamente significativo nas áreas social, ocupacional ou em outras áreas importantes do funcionamento. Diferentemente do que ocorre no Autismo, não existem atrasos significativos na linguagem. Também não existem atrasos significativos no desenvolvimento cognitivo ou nas habilidades de auto-ajuda, comportamento adaptativo (outro que não a interação social) e curiosidade acerca do ambiente na infância (BRASIL, 2010, p. 16).

e Fonoaudióloga, apresentava sobrepeso e segundo sua mãe ele não frequentava a APAE por indicação médica.

Apresentei-me ao aluno e à sua mãe, e os acompanhei até a sala de aula. Sua mãe também entrou conosco. A professora da classe comum apresentou Augusto aos alunos, e depois pediu para ele se dirigir a uma mesa do fundo da sala. Orientada pela professora sentei-me ao seu lado. A mãe de Augusto pediu para bater uma foto do seu primeiro dia de aula.

A turma do primeiro ano era composta por 23 crianças, sua grande maioria moradoras do bairro. Augusto morava em um município vizinho, a mãe nos contou que escolheu matricular seu filho em Florianópolis porque acreditava que esta cidade é mais preparada para a educação de alunos com deficiência.

No primeiro dia Augusto chegou muito sonolento, chegou a dormir em sua mesa ao meu lado. No decorrer da semana ele manifestou resistência em ficar em sala, tentava sair da sala a qualquer custo, jogava-se no chão, chorava muito. O aluno não havia frequentado a Educação Infantil.

A professora regente me orientou a tentar, mesmo com a resistência de Augusto, mantê-lo em sala de aula. Essa professora, após uma semana de aula, afastou-se da sala de aula para assumir um projeto na escola. Dessa forma, a turma ficou sob a responsabilidade da Auxiliar de Ensino da escola, e após um período os alunos receberam uma nova professora.

O aluno continuou resistindo à sala de aula e a nova professora manifestou que gostaria que quando ele chorasse, pudesse sair da sala. Dessa forma, ele permanecia em sala nas primeiras aulas, estimulávamos para que ele pudesse fazer as atividades destinadas à turma, porém ele não acompanhava e chorava muito. Por esse motivo, após o recreio Augusto permanecia na biblioteca, onde ele manifestava o interesse de folhear gibis. Conversei com a professora de Educação Especial sobre o que estava ocorrendo e ela me orientou a montar um caderno separado para o aluno realizar atividades na biblioteca, e em alguns dias apresentar para ele jogos da sala multimeios como quebra-cabeças e alinhavo.

No recreio e na Educação Física, Augusto demonstrava o interesse de ficar sozinho. Após lanche, o aluno dirigia-se ao balanço e ficava por muito tempo fazendo o movimento de vai e

vem. Tentávamos estimulá-lo a brincar de outras formas, mas essa era a sua preferida e quando notávamos ele havia retornado para o balanço.

Augusto apresentava fragilidade em sua saúde, por esse motivo faltava à aula frequentemente, foram poucas as vezes que ele teve presença uma semana completa durante o ano de 2012.

Basicamente sua rotina na escola era permanecer na sala regular até o recreio, depois ia comigo para a biblioteca e no contraturno, em alguns dias da semana, combinado previamente com os pais, era atendido na sala multimeios pela Professora de Educação Especial. Augusto faltava ao atendimento também.

A partir dessa experiência do ano de 2012 como auxiliar de ensino de Educação especial, pude me deparar com a realidade da inclusão de alunos com deficiência na classe comum, percebendo o quão complexa é a prática pedagógica. Fico a me perguntar se naquele ano consegui fazer uso das minhas atribuições como Auxiliar de Ensino de Educação Especial, quais foram as minhas contribuições para com a aprendizagem daquele aluno. Percebia que todos os profissionais envolvidos com o aluno Augusto tinham interesse em estimular sua aprendizagem, porém tínhamos também dificuldade de planejar atividades das quais ele participasse. Sabíamos que a orientação era o aluno estar na classe comum, fazer as atividades da turma, mas não era o que ocorria (AMÉRICO, 2013).

Ocupando este lugar pude perceber como é complexo o trabalho do Auxiliar de Ensino de Educação Especial. Vivenciei um estranhamento desde minha apresentação, pois aparentemente meu biotipo físico não iria suprir as necessidades do aluno inicialmente indicado para eu acompanhar.

Augusto chorava muito ao ficar em sala. Eu percebia, na escola, olhares que me cruzavam durante todo aquele ano letivo. Parece-me que esperavam que eu agisse de alguma forma que não prejudicasse os outros alunos.

Ao final do ano letivo, os comentários mais presentes entre os colegas de trabalho e no conselho de classe foi o avanço de Augusto na escola em relação ao processo de socialização. Tais comentários se referiam ao convívio social do aluno com as outras crianças.

Fico a me perguntar: Será que a educação especial na perspectiva inclusiva tem como objetivo apenas possibilitar o convívio social dos alunos com deficiência?

3. OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

O objetivo desta pesquisa é discutir acerca da atuação do Auxiliar de Ensino de Educação Especial da classe comum com alunos com deficiência nos anos iniciais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar pesquisa bibliográfica e documental sobre o Auxiliar de Ensino de Educação Especial.
- Identificar as atribuições previstas para o Auxiliar de Ensino de Educação Especial na rede Municipal de Florianópolis.
- Refletir sobre a atuação de uma Auxiliar de Ensino de Educação Especial.

4. METODOLOGIA

Segundo Chagas (2011), os métodos de pesquisa favorecem e possibilitam a organização do pesquisador para a intervenção destes na realidade pesquisada para que seu trabalho se dê de forma efetiva alcançando seus objetivos. A mesma autora cita Chizzotti corroborando que a pesquisa qualitativa pressupõe a utilização de técnicas, porém tais técnicas não devem ser tidas como um modelo único, estandardizado (CHAGAS, 2011, p.47).

A metodologia utilizada nesta pesquisa é de caráter qualitativo. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a análise documental e a pesquisa bibliográfica, tomando como ponto de partida documentos nacionais e municipais sobre Educação Especial e também produções acadêmicas.

Sobre a análise dos documentos nacionais e municipais compartilhamos das ideias de Shiroma, Campos & Garcia (2005):

Documentos disseminam afirmações sobre o mundo em que vivemos que tanto pretendem oferecer representações únicas sobre a realidade como trazer soluções idealizadas para problemas diagnosticados. Convém observar que qualquer discurso, ao enfatizar determinados objetos e certos conceitos, omite outros (BALL, 1994). O estudo aprofundado sobre que conceitos e argumentos são privilegiados e quais os intencionalmente “desprezados” nos aproxima da lógica ou racionalidade que sustenta os documentos. Essa tarefa exige um olhar investigativo sobre os textos oficiais – legislação, relatório, documento – para ler o que dizem, mas também para captar o que “não dizem” (p.439).

Tal compreensão nos leva a buscar esse “olhar investigativo” e questionar se é possível ir além das palavras que compõem os textos oficiais.

É relevante considerar ainda como um dos procedimentos desta pesquisa a análise de minha experiência como Auxiliar de Ensino de Educação Especial atuando na escola. Ocupando este lugar, pude vivenciar o “olhar de dentro” tal como destaca ANDRÉ (2000):

Se nas décadas de 60 e 70 o interesse se localizava nas situações controladas de experimentações do tipo laboratório, nas décadas de 80 e 90 o exame das

situações “reais” do cotidiano da escola e da sala de aula é que constitui uma das principais preocupações do pesquisador. Se o papel do pesquisado era sobremaneira o de um sujeito de “fora”, nos últimos dez anos tem havido uma grande valorização do “olhar de dentro”, fazendo surgir muitos trabalhos em que se analisa a experiência do próprio pesquisador ou em que este desenvolve a pesquisa com colaboração dos participantes. Essas novas modalidades de investigação suscitam o questionamento dos instrumentais teórico-metodológicos disponíveis e dos parâmetros usuais para o julgamento da qualidade do trabalho científico (p. 54).

Associada à oportunidade de vivenciar o chão da escola como profissional, cursava uma disciplina que proporcionava leituras e discussões sobre políticas e práticas da educação especial. Certamente, essa oportunidade aproximou-me da teoria e da prática para levantar as indagações deste trabalho.

Em um primeiro momento, minha proposta de metodologia de pesquisa era analisar documentos que organizam a educação especial, com recorte na atuação do Auxiliar de Ensino de Educação Especial junto à Secretaria Municipal de Educação⁴. Por esse motivo, enviei um pedido à Gerência de Educação Inclusiva da rede municipal de Florianópolis juntamente com o projeto de pesquisa, solicitando a autorização para ter acesso a documentos norteadores dessa modalidade da educação na rede municipal. Porém a resposta foi negativa. A secretaria informou que não seria possível atender minha solicitação nesse momento porque as atribuições deste profissional estão sendo revistas e reconfiguradas e que um novo documento orientador será elaborado.

Diante da negativa da Secretaria Municipal de Educação de acesso aos documentos, esta pesquisa foi realizada a partir de documentos nacionais e municipais já disponibilizados on-line: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010 (BRASIL, 2010); Documento Orientador da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, s/d). Analisei também editais de processos seletivos que disponibilizaram vagas para o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Especial, buscando as atribuições do cargo, requisitos de formação e conteúdos específicos da prova escrita. Além disso, entrei em contato com o Sindicato dos

⁴ Ver cronograma no Anexo 1.

Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis/SC (SINTRASEM) para tentar compreender as mudanças na nomenclatura do cargo encontradas nos editais de 2011, 2012 e 2013. Ressalto que este último edital prevê que o nome do cargo é Professor Auxiliar de Ensino de Educação Especial.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de uma Dissertação de Mestrado em Educação (SCHREIBER, 2012) e outras produções acadêmicas.

5. DIALOGANDO COM TEXTOS ACADÊMICOS E DOCUMENTOS

A pesquisa desenvolvida por Schreiber (2012) teve como objetivo compreender a organização do trabalho docente na classe comum com os alunos da modalidade Educação Especial matriculados em escolas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis no período de 2001 a 2012.

Analisando a Resolução CNE/CEB nº 02/2001 (BRASIL, 2001a), a autora aponta que tal documento prevê como um dos serviços da educação especial o atendimento em classe comum. Ela destaca que é possível perceber que a proposta de um serviço na classe comum para auxiliar os alunos da modalidade Educação Especial se mantém durante o período histórico selecionado. Porém, esse serviço vai sendo modificado no decorrer dos anos. É importante destacar que na resolução anteriormente citada, de 2001, os aspectos pedagógicos tinham mais destaque, desde a definição de educação especial até as especificações do trabalho do professor da educação especial na articulação com o professor de sala comum. Vejamos o conceito de educação especial expresso nesse documento no Art. 3º:

Por *educação especial*, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001a).

De acordo com o artigo 8º da referida resolução, as escolas da rede regular devem prever e prover na organização de suas classes comuns, entre nove itens, o seguinte:

IV – serviços de apoio pedagógicos especializado, realizado, nas classes comuns, mediante:

- a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial;
- b) atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis;
- c) atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente;
- d) disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação (idem, p. 2).

Embora o documento não faça referência ao profissional de apoio na classe comum, de acordo com Schreiber (2012), o último item (d) chama a atenção pelo fato de prever atribuições semelhantes às deste profissional relacionadas no documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Denominado *monitor* ou *cuidador* neste documento, este profissional é responsável pelo apoio aos estudantes da educação especial em diversas atividades, como por exemplo, higiene, alimentação, locomoção, entre outras ações que demandam auxílio constante no espaço escolar.

Posteriormente, a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 (BRASIL, 2009) também faz referência a esses profissionais no artigo 10:

VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção.

A Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010 (BRASIL, 2010) prevê atendimento de profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento que estejam matriculados nas escolas comuns das redes públicas de ensino. Dentre os profissionais de apoio referidos nesse documento está previsto aquele para atendimento a necessidades específicas dos estudantes referentes aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção. Esse profissional é considerado necessário para a promoção da acessibilidade, sendo que suas atribuições estão diretamente relacionadas ao aluno da modalidade educação especial, ou seja, sua atuação é voltada ao atendimento das necessidades pessoais desse sujeito. Inclusive, consta na Nota Técnica nº 19/2010 que a presença do profissional de apoio se justifica quando a necessidade específica dos alunos da modalidade Educação Especial não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes (BRASIL, 2010).

A fim de auxiliar a exposição das análises dos documentos nacionais onde aparece o profissional/apoio aos alunos da educação especial⁵ organizei esse quadro comparativo:

⁵ Nos documentos analisados há referência a outros profissionais de apoio como: tradutor e intérprete de libras e de guia-intérprete para alunos surdocegos. Nesse quadro, refiro-me ao

DOCUMENTO	PROFISSIONAL	ATRIBUIÇÕES
Resolução CNE/CEB nº 02/2001	Não se refere ao profissional, mas à necessidade de apoio.	Disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.
Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008)	Monitor ou Cuidador	Apoio aos estudantes da educação especial em diversas atividades, como exemplo, higiene, alimentação, locomoção, entre outras ações que demandam auxílio constante no espaço escolar.
Resolução CNE/CEB nº 4/2009	Outros profissionais da educação	Atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção.
Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010	Profissionais de apoio	Atendimento a necessidades específicas dos estudantes referentes aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção.

Quadro 1 - Documentos nacionais que apresentam o profissional/apoio da modalidade educação especial. Fonte: BRASIL (2001a, 2008, 2009, 2010).

Analisando os documentos, percebemos que na Resolução CNE/CEB nº 02/2001 o atendimento na classe comum previa a disponibilização de apoio à aprendizagem, algo que não está presente entre as atribuições do profissional de apoio previstas na Nota Técnica nº 19/2010. Fica evidente que a atenção aos cuidados pessoais adquire centralidade, ao ponto de o apoio à aprendizagem não ser mais mencionado. Não constam, entre as atribuições do profissional de apoio apresentadas na Nota Técnica nº 19/2010, sequer o auxílio no desenvolvimento das atividades escolares propostas a esses sujeitos.

Nesta pesquisa, além dos documentos anteriormente citados sistematizamos também os requisitos exigidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis para ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Especial nos editais dos processos seletivos dos anos 2011, 2012 e 2013 (FLORIANÓPOLIS, 2011, 2012, 2013).

profissional de apoio que atende apenas aos cuidados pessoais dos alunos referentes a alimentação, higiene e locomoção.

Os quadros a seguir auxiliam na exposição das análises aqui desenvolvidas.

Sobre a formação exigida nos editais para ocupação desse cargo, encontramos o seguinte:

EDITAL	NOMENCLATURA	FORMAÇÃO EXIGIDA
EDITAL 2011	Auxiliar de Ensino de Educação Especial	Formação no ensino médio em Magistério, ou Graduado ou estudante da 5ª fase em diante dos cursos de Licenciaturas.
EDITAL 2012	Auxiliar de Ensino de Educação Especial	Formação no ensino médio em Magistério, ou Graduado ou estudante da 5ª fase em diante dos cursos de Licenciaturas.
EDITAL 2013	Professor Auxiliar de Educação Especial	Formação no ensino médio em Magistério, ou Graduado ou estudante da 5ª fase em diante dos cursos de Licenciaturas.

Quadro 2 – Formação exigida nos editais do processo seletivo de Florianópolis para ocupação do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Especial. Fonte: FLORIANÓPOLIS (2011, 2012, 2013).

Podemos observar que a formação para ocupar o cargo é a mesma nos três editais, porém no edital de 2013 a nomenclatura desse profissional muda e ele passa a ser chamado Professor Auxiliar de Ensino de Educação Especial. Aqui surge uma inquietação: se mudou a nomenclatura do cargo, não deveria mudar também a formação exigida?

Até o presente momento a secretaria de educação do município não disponibilizou a informação sobre o motivo da mudança do nome desse cargo. Por isso, a suposição que me permito fazer seria que o sentido de mudar Auxiliar de Ensino de Educação Especial para Professor Auxiliar de Educação Especial faz surgir a possibilidade de esse profissional exercer a função de ensinar.

Partimos para a análise do conteúdo programático para a elaboração da prova escrita:

EDITAL	NOMENCLATURA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Edital 2011	Auxiliar de Ensino de Educação Especial	Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva; Legislação Educacional; A caminhada legislativa na Educação Especial e a legislação vigente; Inclusão escolar de alunos com deficiência; A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; Tecnologia Assistiva e suas Modalidades, com ênfase na Comunicação Alternativa.
Edital 2012	Auxiliar de Ensino de Educação Especial	Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva; Legislação Educacional; A caminhada legislativa na Educação Especial e a legislação vigente; Inclusão escolar de alunos com deficiência; A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva MEC/SECADI ⁶ ; Tecnologia Assistiva e suas Modalidades, com ênfase na Comunicação Alternativa; Resoluções nº 01/2010 e nº 02/2011 do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis; Gestão Pedagógica: planejamento, registro e avaliação; Diretrizes curriculares gerais nacionais para Educação Básica.
Edital 2013	Professor Auxiliar de Educação Especial	Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva; Legislação Educacional; A caminhada legislativa na Educação Especial e a legislação vigente; Inclusão escolar de alunos com deficiência; A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva MEC/SECADI; Tecnologia Assistiva e suas Modalidades, com ênfase na Comunicação Alternativa; Resoluções nº 01/2010 e nº 02/2011 do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis; Gestão Pedagógica: planejamento, registro e avaliação; Diretrizes curriculares gerais nacionais para Educação Básica; As identidades que configuram o sujeito da Educação de Jovens e Adultos; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; Legislação da Educação de Jovens e Adultos; Avaliação na perspectiva processual e Letramento em Educação de Jovens e Adultos.

Quadro 3 - Conteúdo programático para a elaboração da prova escrita dos editais 2011, 2012 e 2013 para o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Especial de Florianópolis. Fonte: FLORIANÓPOLIS (2011, 2012, 2013).

⁶ O edital apresenta um equívoco na referência do documento. A SEESP (Secretaria de Educação Especial) foi incorporada à SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) no ano de 2011.

É possível perceber nos editais que houve uma ampliação de conteúdos exigidos para esse cargo. Ao serem inseridas resoluções municipais e nacionais sobre o ensino fundamental e a modalidade Educação de Jovens e Adultos, poderíamos supor que seriam ampliadas tanto as atribuições pedagógicas quanto os espaços de atuação além da classe comum, como na Educação de Jovens e Adultos. Porém, ao analisar as atribuições indicadas nos Editais para o cargo, não encontramos tal ampliação.

Sobre as atribuições, vejamos o quadro a seguir:

EDITAL	NOMENCLATURA	ATRIBUIÇÃO DO CARGO
Edital 2011	Auxiliar de Ensino de Educação Especial	Auxiliar o aluno com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento na locomoção, alimentação, higiene, atividades pedagógicas motoras, comunicação alternativa, interação deste aluno com os demais segmentos da unidade educativa e demais atribuições afins; participar das discussões educativas/pedagógicas propostas pela unidade educativa e Secretaria Municipal de Educação.
Edital 2012	Auxiliar de Ensino de Educação Especial	Auxiliar o aluno com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento na locomoção, alimentação, higiene, atividades pedagógicas motoras, comunicação alternativa, interação deste aluno com os demais segmentos da unidade educativa e demais atribuições afins.
Edital 2013	Professor Auxiliar de Educação Especial	Auxiliar o aluno com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento na locomoção, alimentação, higiene, atividades pedagógicas motoras, comunicação alternativa, interação deste aluno com os demais segmentos da unidade educativa e demais atribuições afins.

Quadro 4 - Atribuições do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Especial apresentadas nos editais de 2011, 2012 e 2013. Fonte: FLORIANÓPOLIS (2011, 2012, 2013).

Cabe destacar que no Edital de 2012 foi retirada a atribuição que sugere um caráter mais pedagógico do cargo: “participar das discussões educativas/pedagógicas propostas pela unidade educativa e Secretaria Municipal de Educação”. Mesmo no Edital de 2013, quando o cargo passa

a ser de Professor, esta atribuição não está mais presente, mantendo apenas as atribuições referentes a cuidados pessoais do aluno.

Ainda sobre as atribuições, é possível verificar no Documento Orientador da Educação na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS s/d) as seguintes competências:

- I - Participar de reuniões pedagógicas, conselhos de classe, planejamentos e de grupos de estudo na unidade educativa;
- II - Seguir a orientação dos professores da Sala Multimeios – SM e de outros profissionais especializados que acompanham este(s) aluno(s);
- III - Aplicar e utilizar os materiais e recursos de Comunicação Aumentativa Alternativa e Tecnologia Assistiva fornecidos pelos profissionais do ensino especializado e sob orientação dos professores da Sala Multimeios;
- IV - Colaborar com o professor na realização de relatórios e/ou avaliações do desempenho do aluno;
- V - Auxiliar o(s) aluno(s) com deficiência em sua alimentação, de acordo com as orientações do profissional especializado que o(s) acompanha(m);
- VI - Auxiliar o(s) aluno(s) em sua higiene conforme orientações do profissional especializado que acompanha o(s) mesmo(s), de acordo com as particularidades de cada aluno;
- VII - Auxiliar o(s) aluno(s) em sua locomoção: conduzir a cadeira de rodas, apoiá-lo quando caminhar, ainda que tenha dificuldade e/ou colocá-lo e acompanhá-lo no andador, de acordo com as orientações do profissional especializado que acompanha o(s) aluno(s);
- VIII - Acompanhar o(s) aluno(s) no recreio incentivando a interação com os demais alunos da UE.

Apesar dos documentos não apresentarem como atribuição do Auxiliar de Ensino de Educação Especial uma atuação com caráter pedagógico, na minha vivência esta foi sim marca do meu trabalho, pois foram poucas as vezes que a professora da classe comum se dirigiu ou se aproximou do aluno para propor ou auxiliá-lo em alguma atividade. Mesmo sem haver uma conversa ou uma combinação entre nós, no período que Augusto permaneceu em sala de aula havia essa divisão entre eu e a professora da classe comum. Eu fui responsável por estimular Augusto em todas as áreas do seu desenvolvimento na escola. Isso ficava tão claro, que o contato da família foi maior comigo e com a professora de educação especial.

Essa situação ocorria por não termos um momento de trabalho conjunto para planejar ou mesmo para trocar ideias sobre o aluno. Schreiber (2012) aponta que essa condição é vivida pelos profissionais de apoio e professores regentes, o que indica a desarticulação entre o ensino regular e a modalidade educação especial. Definindo como eixos de análise o planejamento, a ação docente, os materiais/equipamentos/recursos pedagógicos e o lugar/tempo, a autora conclui que:

as políticas de Educação Especial de “perspectiva inclusiva”, ao mesmo tempo em que disseminam um discurso em defesa da matrícula de todos os alunos no ensino regular, desqualificam o trabalho pedagógico desenvolvido na classe comum, na medida em que não disponibilizam condições adequadas para o oferecimento de um ensino de qualidade. Tal situação resulta na precarização das condições de trabalho dos professores que atuam nesse contexto e denuncia a situação de abandono para com a escolarização dos alunos da modalidade Educação Especial. (SCHREIBER, 2012, p.207)

Em minha atuação como Auxiliar de Ensino de Educação Especial pude verificar essa precarização do trabalho docente, sendo que as atividades desenvolvidas por mim foram além do que está previsto no documento orientador. Da mesma forma essa também era a condição de trabalho de outros profissionais com quem eu tinha contato. Estudos como o de Oliveira & Pinto (2011) mostram que esse tipo de experiência é vivida também por estagiários de Pedagogia que atuam como profissionais de apoio aos alunos da modalidade educação especial. Ao discutir as contribuições do estágio extracurricular como espaço de formação em educação especial de estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), chamam a atenção para o fato de que, mesmo que os estagiários consigam avanços na prática educativa com alguns alunos da modalidade educação especial, na classe comum, essa prática desenvolve-se à parte da dinâmica geral da própria sala.

Oliveira & Pinto (2011) destacam em seu trabalho as angústias e dúvidas dos estagiários diante da indefinição de um projeto educativo para alunos com deficiência, mas em contrapartida esses profissionais em formação recebem certa margem de liberdade à medida que fica sob sua responsabilidade acompanhar o aluno, mediar sua relação com os outros e preparar atividades diversificadas.

Selecionei na pesquisa de Oliveira & Pinto (2011) alguns relatos desses estagiários. Por exemplo, Martha destaca que ficou muito assustada no primeiro dia quando percebeu que se referiam a ela como a estagiária da educação especial.

Os primeiros dias do estágio foram... assim... muito difíceis, porque eu tive muita vontade de desistir, por causa do olhar. Eu não me via ali como um sujeito estagiário. A forma como eu fui acolhida, a forma como fui tratada nesses primeiros momentos... era como se eu fosse uma pessoa sem muita importância (...) eu me sentia totalmente invisível. A visibilidade que eu entendia era que estava ali como babá daquela criança. Então, ninguém falava o meu nome, era a menina do aluno deficiente (idem, p. 114).

Outra estagiária, Paula, relata que os profissionais da escola se dirigiam à criança com a qual trabalhava como “a aluna de Paula”, “a filha de Paula”. Outra estagiária era conhecida como a estagiária que “gostava de deficientes”: “Parecia que o aluno era só meu e não da escola!” (idem, p.114).

Solange partilha que a professora da classe comum não conseguia trabalhar com o aluno e comenta como ela conseguiu, da forma que julgava possível, manter o domínio da situação:

Como ele é muito falante, ele mesmo foi dando as respostas que eu queria para trabalhar com ele. É um trabalho diário. Eu tinha que dar estímulo para ele todo dia. E quando ele fazia uma coisa boa, eu ia e dava um estímulo para ele, pra ele e para os outros também, Eu sempre dava uma coisa para eles que eles queriam (...). Tudo estímulos dentro do pedagógico, mas que eles se sentissem parte daquilo ali, tipo, assim, “eu escolhi” e gratificados, porque eles sabiam que eles estavam ganhando aquilo ali porque eles foram muito legais aquela semana... desenho, massinha, teve um dia que eu levei doce, levava doce e punha na mochila deles (...), coisas pequenas, pequenos estímulos que você faz e que a criança se sente importante.. ela se identifica mais com você (...) (idem, p. 114).

Diante desses relatos, podemos refletir sobre a implantação de ações específicas na educação especial, tais como a organização do apoio pedagógico ao professor e ao aluno da modalidade educação especial na classe comum, que apresentam grandes desafios.

Nessa reflexão podemos acrescentar que uma lacuna dessa modalidade na perspectiva inclusiva está na formação dos profissionais que atuam com alunos com deficiência nas escolas

regulares. Os documentos nacionais estabelecem que a educação especial deve atuar de forma articulada com o ensino regular, porém para que tal articulação ocorra, é fundamental que se repense o perfil dos profissionais que possam dar conta dessa tarefa. Estudos como o de Garcia (2013) apontam a complexidade que envolve o tema da formação de professores na perspectiva inclusiva na classe comum.

Garcia (2013) contextualiza a trajetória da formação docente para atuação na educação especial. A autora destaca que até 1969 os professores de educação especial eram professores primários que buscavam o conhecimento específico no próprio exercício profissional, seja na atuação com os alunos ou em cursos oferecidos por instituições especializadas. A criação das habilitações em áreas específicas de deficiência nos cursos de Pedagogia, no final dos anos de 1960 e início dos 1970, abriu a possibilidade de formação em nível superior do professor especializado em educação especial.

A LDBEN (Lei n. 9.394/1996) indica a possibilidade de os professores de educação especial serem formados também nos cursos de magistério de nível médio. Já o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2000):

colocava como meta incluir ou ampliar, especialmente nas universidades públicas, habilitação específica, em níveis de graduação e pós-graduação, para formar pessoal especializado em educação especial, garantindo, em cinco anos, pelo menos um curso desse tipo em cada unidade da Federação. (Garcia, 2013, p. 112)

A autora chama a atenção também para a Resolução CNE/CP n. 1/2006 (BRASIL, 2006), que institui as diretrizes nacionais para os cursos de pedagogia, indicando a extinção das habilitações nesses cursos. Sobre essas diretrizes, Michels (2011 *apud* Garcia, 2013, p. 112), destaca que:

em tal documento não há uma preocupação expressa relativa à formação de professores para atuar com os alunos da educação especial, apenas um registro de que todos os professores devem ter em sua formação “vivências em algumas modalidades”, entre as quais se encontra a educação especial.

A partir das diretrizes anteriormente citadas e do destaque feito por Michels (2011), podemos perguntar: a formação do professor da educação básica, com a previsão de “vivências em algumas modalidades”, entre as quais a educação especial, contemplaria conhecimentos mínimos para uma atuação pedagógica de qualidade considerando as especificidades dos alunos da educação especial?

Se existe uma lacuna na formação dos professores da educação básica, que dê conta do trabalho pedagógico também com os alunos com deficiência, tal lacuna deve ser enfrentada. Será possível propor uma educação em uma perspectiva inclusiva sem uma formação qualificada dos professores da classe comum e outros profissionais da educação especial?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a situação da modalidade educação especial na perspectiva inclusiva no Brasil, percebemos que mesmo com retrocessos, alguns passos foram dados no sentido da construção de uma política educacional voltada para o atendimento dos alunos com deficiência na escola regular, porém está longe de oferecer a esses alunos presentes na escola regular o que eles têm direito: uma educação de qualidade compatível com suas condições e necessidades.

A partir da pesquisa bibliográfica e análise de documentos percebe-se que a dimensão pedagógica existente nos documentos nacionais de 2001 aparece menos presente nos documentos atuais. Ou seja, a educação especial na perspectiva inclusiva no que diz respeito a aspectos pedagógicos parece ter dado passos para trás.

Esta pesquisa buscou discutir a atuação do Auxiliar de Ensino de Educação Especial na rede municipal de Florianópolis como uma das estratégias para o atendimento de alunos com deficiência na classe comum. No município em estudo e nas discussões presentes nos textos acadêmicos pesquisados foi possível perceber que o trabalho desse profissional não acontece em articulação com o professor da classe comum.

Um dos aspectos que envolvem a precarização do trabalho pedagógico com alunos com deficiência é a qualidade da formação docente. Parece-nos que esses profissionais apresentam dificuldade para atuar como professores de alunos com deficiência. Se de um lado o professor da classe comum se sente despreparado pedagogicamente para atuar com esses alunos, resta ao Auxiliar de Ensino de Educação Especial, além de amparar o aluno com deficiência em sua alimentação, higiene e locomoção, dar conta desse aluno, acabando por mantê-lo ocupado no ambiente escolar.

Na minha atuação como Auxiliar de Ensino de Educação Especial percebi que houve poucos momentos em que tive oportunidade de conversar com a professora da sala sobre o seu planejamento para elaborar adaptações pedagógicas a fim de oferecer ao aluno materiais compatíveis com suas condições e necessidades. Pude vivenciar também a dificuldade de em

alguns dias não conseguir ao menos ter um tempo de intervalo, pois essa pausa não é prevista na carga horária, devendo ser negociada. Sendo assim, não conseguia fazer o intervalo porque não tinha quem pudesse me substituir junto ao aluno. Será que na escola aquele aluno era apenas da minha responsabilidade?

Na análise dos editais, verificamos que no processo seletivo de 2013 houve uma mudança de nomenclatura para esse cargo, pois esse profissional passa a ser denominado Professor Auxiliar de Ensino de Educação Especial. A partir do edital N° 004/2013 fiquei a me questionar se tal mudança poderia ser uma sugestão de reorganização da sala de aula na perspectiva da bidocência. Observamos o edital com mais atenção e chegamos à conclusão de que houve apenas um acréscimo na denominação não significando que a dimensão pedagógica na sala de aula volta a ser valorizada. Fica a indagação: a que interesse essa mudança de nomenclatura está atendendo? Mudou o nome, são exigidos mais conteúdos para a prova do processo seletivo, mas nas atribuições desse profissional não houve alteração. Pelo contrário, no Edital de 2012 foi retirada a atribuição que sugere um caráter mais pedagógico do cargo: “participar das discussões educativas/pedagógicas propostas pela unidade educativa e Secretaria Municipal de Educação”. Mesmo no Edital de 2013, quando o cargo passa a ser de Professor, esta atribuição não está mais presente, mantendo apenas as atribuições referentes a cuidados pessoais do aluno.

Em uma conversa informal com um membro do SINTRASEM foi esclarecido que a percepção do sindicato é de que essa mudança ocorreu para resolver uma situação frequente na rede municipal que são as faltas dos professores justificadas por atestados médicos. A contratação de mais profissionais denominados professores permitiria que esses pudessem assumir a sala de aula na falta do professor regente. Por outro lado tal mudança poderia atender também a algumas reivindicações da categoria dos auxiliares de ensino tais como: regência de classe, hora atividade, tempo de serviço para aposentadoria. Portanto, tudo indica que a mudança de nomenclatura não está voltada para a valorização de aspectos pedagógicos.

Diante das discussões apresentadas neste trabalho, concluo perguntando: as estratégias atuais, tal como a atuação do Auxiliar de Ensino de Educação Especial em sala de aula,

contribuem para uma educação especial na perspectiva inclusiva? Ou seria mais uma forma de segregação desse aluno, só que agora na classe comum da escola regular?

REFERÊNCIAS

AMÉRICO, Francielle. Relato de uma experiência como Auxiliar de Ensino de Educação Especial. IN: AMÉRICO, Francielle. **Atuação do Auxiliar de ensino de Educação Especial: reflexões a partir de uma experiência na rede municipal de Florianópolis**. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **III seminário de pesquisa em educação**. Caderno de pesquisa, n 113, p. 51 – 64. Porto Alegre, 2000.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, 2001a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº **17/2001**. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, DF: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Nota Técnica SEESP/GAB nº **19/2010**, de 8 de setembro de 2010. Trata dos profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. Brasília, DF, 2010.

BUENO, José Geraldo Silveira. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: BUENO, José Geraldo Silveira; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SANTOS, Roseli Albino (Orgs.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Brasília, DF: Capes, 2008. p. 43-63.

CHAGAS, Lilane Maria de Moura. Metodologia da investigação científica. IN: ALBUQUERQUE, Gabriel (org) **Coleção Educação física Ead**. Curso de Licenciatura em Educação física. Faculdade de Educação Física. Caderno I. Manaus: Editora da Universidade de Amazonas, 2011. p. 43 – 69.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. **Documento Orientador da Educação Especial na Rede de Ensino de Florianópolis**. Florianópolis, s/d

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Editais nº 011/2011**. Abre as inscrições para o processo seletivo para a contratação de substitutos do magistério para o ano letivo de 2011. Florianópolis, SC, 2010.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Editais nº 002/2012**. Abre as inscrições para o processo seletivo para a contratação de substitutos do magistério para o ano letivo de 2012. Florianópolis, SC, 2011.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Editais nº 004/2013**. Abre as inscrições para o processo seletivo para a contratação de substitutos do magistério para o ano letivo de 2013. Florianópolis, SC, 2013.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de Educação Inclusiva e trabalho pedagógico: uma análise do modelo de Educação Especial na Educação Básica. IN: **IV Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: conhecimento e margens** – 2008. Gramado. *Anais eletrônicos* Gramado: IV Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: conhecimento e margens 2004.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política nacional de educação especial nos anos 2000: a formação de professores e a hegemonia do modelo especializado. IN: CAIADO, JESUS & BAPTISTA (orgs). **Professores e educação especial, formação em foco**. v. 2. Porto Alegre: Mediação/CDC/FACITEC, 2011. p. 65 – 78 .

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** v. 18 n. 52, p. 101 – 239, 2013.

MARTINS, Silvia Maria. **O profissional de apoio na rede regular de ensino**: a precarização o trabalho com os alunos da educação especial. 2011, Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

OEA – Organização dos Estados Americanos. **Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência**. Guatemala, 1999.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo**. Nova Iorque: ONU, 2007.

OLIVEIRA & PINTO. Estágio extracurricular e formação docente em educação especial. IN: CAIADO, JESUS E BAPTISTA (orgs). **Professores e educação especial, formação em foco**. Volume I. Porto Alegre: Mediação/CDC/FACITEC, 2011. p. 105 – 123.

SCHREIBER, Dayana Valéria Folster Antonio. **Política educacional, trabalho docente e alunos da modalidade educação especial: um estudo nos anos iniciais do ensino**

fundamental. 2012, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SHIROMA, CAMPOS & GARCIA. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, 2005.

TRIVIÑOS, N. S **Introdução a pesquisa em ciências Sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 91 – 116.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Espanha, 1994.

UNESCO. **Declaração mundial de educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

